

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCVIII • Nº 138

Poder Legislativo

Recife, sexta-feira, 30 de julho de 2021

Comissão de Justiça analisou 288 projetos de lei no semestre

Os desafios da pandemia seguiram entre os principais focos do colegiado

CORONAVÍRUS

Os desafios provocados pela pandemia do novo coronavírus seguiram entre os principais focos de atenção da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) durante o primeiro semestre de 2021. O colegiado, que se reuniu virtualmente 22 vezes e votou 288 projetos de lei (PLs) no período, procurou contribuir com o Poder Executivo Estadual na busca por soluções para os problemas sociais, econômicos e de saúde pública gerados pela doença.

Um exemplo deste esforço foi a aprovação, em junho, da Lei nº 454/2021, que autorizou o Governo de Pernambuco a fornecer oxigênio hospitalar, em caráter emergencial, aos municípios pernambucanos. Enviada pelo Executivo, a proposta permitiu a contratação direta do serviço, bem como a doação ou reembolso às prefeituras que adquirissem o insumo, evitando, assim, desabastecimento similar ao observado no Estado do Amazonas.

Também passou pelo aval da Comissão o Auxílio Emergencial Ciclo Junino de Pernambuco, que destinou valores entre R\$ 3

mil e R\$ 15 mil a artistas de cultura popular, dança e música. A medida serviu como um suporte para os profissionais impedidos de atuar nas festividades de 2021, suspensas em virtude das medidas de isolamento social. Ação semelhante foi aprovada pelo colegiado em benefício dos artistas do Ciclo Carnavalesco.

Para mitigar os efeitos da pandemia na educação pública estadual, a CCLJ aprovou, também, a Lei nº 17.322/2021. A iniciativa autorizou o Governo de Pernambuco a pagar uma bolsa mensal de R\$ 50 durante 12 meses – prorrogável por igual período – para profissionais da educação contratarem planos de internet. Ofereceu, ainda, crédito de até R\$ 5 mil, em parcela única, para aquisição de equipamentos de informática.

OUTROS TEMAS

Demais assuntos de interesse dos pernambucanos permaneceram no foco dos membros da CCLJ. Destaque para o PL referente ao Estatuto da Mulher Parlamentar e Ocupante de Cargo ou Emprego Público. Ainda em tramitação na Casa, a proposta reúne medidas para prevenir e punir atos de assédio ou violên-



FOTO:ROBERTA GUIMARÃES

PRÁTICA - “Alepe também tem fundamental importância para a consolidação da nossa incipiente democracia”, acredita o presidente Waldemar Borges.

cia política contra candidatas, eleitas ou nomeadas para atuar em espaços públicos de poder.

No âmbito do transporte público, vale ressaltar o PL nº 1770/2021, que busca permitir a circulação de ônibus e micro-ônibus de fretamento intermunicipal com mais de 15 anos de fabricação. A matéria, ainda em análise pelos colegiados temáticos, quer flexibilizar os critérios de regulação desse tipo de transporte, definidos pela Lei Estadual nº 16.205/2017.

A Comissão acatou, também, proposição que autorizou os cartórios do Estado a ofertar todos os

serviços notariais e de registros em formato digital. Encaminhada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a norma prevê a criação de centrais eletrônicas que possibilitem o acesso virtual a documentos que hoje são oferecidos exclusivamente de maneira presencial.

DEBATES

Duas audiências públicas também foram promovidas pela CCLJ no primeiro semestre de 2021. Em fevereiro, o colegiado recebeu o secretário estadual de Planejamento e Gestão, Alexandre Rebêlo, para definir a

destinação de recursos conseguidos por meio de empréstimos junto a instituições financeiras nacionais. O gestor informou, na ocasião, que a maior parte desse valor (cerca de R\$ 1 bilhão) seria destinada para obras de estradas e aeródromos.

Em junho, houve discussão sobre a regionalização de serviços de saneamento básico, objeto da Lei Complementar nº 455/2021. A iniciativa instituiu as Microrregiões de Água e Esgoto do Sertão e da Região Metropolitana do Recife-Pajeú, tendo como principal objetivo permitir que municípios com indicadores socioe-

conômicos mais baixos atraiam investimentos ao se associarem a outros maiores.

Presidente da Comissão, o deputado Waldemar Borges (PSB) ressaltou, por fim, a relevância dos debates em defesa dos valores estabelecidos pela Constituição Federal. “Como todas as casas legislativas, a Alepe também tem fundamental importância para a consolidação da nossa incipiente democracia, ameaçada quase que diariamente por arroubos de alguns saudos da ditadura. Aqui a gente reage a esse tipo de sentimento com a nossa prática cotidiana”, declarou.

Sustentabilidade e defesa dos animais foram destaques da Comissão de Meio Ambiente

Colegiado também acompanhou iniciativas de preservação e educação ambiental

CORONAVÍRUS

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) da Alepe concentrou-se, no primeiro semestre de 2021, em discutir atividades e projetos que, de alguma forma, impactassem ou fossem relacionados à natureza. Também buscou conhecer mais de perto algumas iniciativas voltadas à preservação e educação ambiental na Região Metropolitana do Recife (RMR) e no Litoral Sul de Pernambuco. Houve, ainda, a aprovação de proposições que procuram combater os maus-tratos a animais.

O grupo parlamentar trata de temas essenciais para a garantia de um futuro mais seguro e sustentável para as próximas ge-

rações. Além de políticas e legislações ambientais, cuida de tudo que envolve recursos naturais, reservas biológicas, parques e áreas de preservação, proteção aos animais domésticos e recursos hídricos e energéticos.

Por conta da pandemia de Covid-19, as reuniões para discussão de projetos ocorreram de forma virtual, por meio do Sistema de Deliberação Remota (SDR). Nos seis encontros realizados no período, 38 projetos foram distribuídos para relatoria e 16 obtiveram parecer favorável.

Buscando apoiar ações que incentivam a consciência ambiental e a gestão com foco na sustentabilidade, o presidente do colegiado, deputado Wa-

nderson Florêncio (PSC), participou de duas lives e oito visitas presenciais. “Avançamos em discussões de temas importantes e as audiências públicas também proporcionaram debates de grande relevância. Queremos que Pernambuco se desenvolva, mas de forma sustentável”, pontuou o parlamentar.

DEFESA DOS ANIMAIS

Entre as medidas aprovadas para o bem-estar dos animais, está a proibição do uso de abraçadeiras de náilon em cirurgias veterinárias, quando não puderem ser removidas após o procedimento. Outro projeto acatado impede cruzamentos quando houver risco de pro-



DEBATE - “Que Pernambuco se desenvolva de forma sustentável”, pontuou Wanderson Florêncio.

blema genético ou prejuízo à saúde dos filhotes.

O colegiado também foi favorável à proposta que obriga condomínios residenciais e comerciais a comunicar ao Poder Público ocorrências de maus-tratos a bichos. A deter-

minação foi incluída no Código Estadual de Proteção aos Animais.

DEBATES

O conteúdo de algumas matérias foi discutido em audiências públicas, como

no caso da proposição que autoriza visitas de animais domésticos a pacientes internados em hospitais públicos e privados. O texto acatado pelo grupo parlamentar incorporou sugestões apresentadas por diferentes setores da sociedade no debate realizado em abril.

A população também foi chamada a participar da discussão sobre a licitação para contratar estudos de viabilidade e definir o traçado do Eixo Norte do Arco Viário Metropolitano. Entidades dedicadas ao assunto temem que a via, pensada como um caminho alternativo à saturada rodovia BR-101, passe por dentro da Área de Preservação Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe, trazendo impactos irreversíveis.

Além dessas audiências, o Movimento Salve Maracáipe participou de reunião em que cobrou maior atuação do Poder Público para combater a destruição de áreas de mangue e de restinga. Com o foco no Litoral Sul, o presidente da Comissão visitou, ainda, o empreendimento Reserva Ipojuca; o curso de formação de Escoteiros do Mar, em Porto de Galinhas; e o projeto de educação ambiental no manguezal e nas restingas de Mata Atlântica de Maracáipe.

Defesa da Mulher

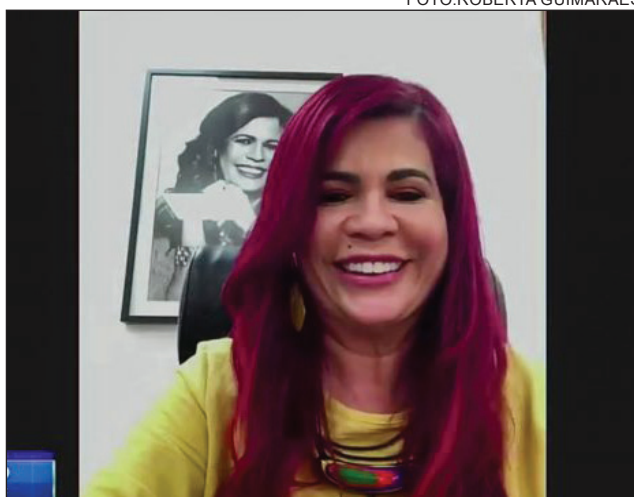
Colegiado encerra semestre com recorde em propostas analisadas

A Comissão de Defesa da Mulher recebeu 70 projetos de lei (PLs) para análise no primeiro semestre deste ano. O quantitativo é quatro vezes maior que o de matérias encaminhadas ao colegiado no mesmo período do ano passado (16) e já supera o ano inteiro de 2020, em que foram contabilizadas 59. Para a presidente do grupo parlamentar, deputada Delegada Gleide Ângelo (PSB), o balanço demonstra o compromisso do Poder Legislativo com a luta das pernambucanas.

“Houve um aumento no número de proposições relacionadas à temática da mulher, e muitas delas trouxeram políticas públicas importantes e efetivas”, avalia a socialista. Por conta das medidas de

isolamento social adotadas para evitar a propagação do novo coronavírus, as nove reuniões feitas no período ocorreram por meio de videoconferência. “O semestre foi bastante positivo, mesmo diante dos limites impostos pela pandemia”, prossegue a deputada.

Gleide Ângelo e Roberta Arraes (PP) foram reconduzidas, em fevereiro, para a presidência e a vice-presidência da Comissão, respectivamente. Na última reunião ordinária do semestre, em 16 de junho, foram anunciadas as cidadãs premiadas por executar políticas públicas visando à igualdade nas relações de gênero: Feira Nova (Agreste Setentrional), Glória do Goitá (Mata Norte), Ipojuca (Região Metropolitana do



BALANÇO - Para Gleide Ângelo, números demonstram o compromisso do Legislativo

Recife) e Jaboatão dos Guararapes (RMR).

Ao todo, 26 proposições foram ratificadas pelo colegiado. Entre elas, há uma

materia de iniciativa da presidente que busca contribuir para a apuração de crimes de estupro de vulnerável. As propostas, que se torna-

ram leis em junho, obrigam estabelecimentos de saúde, instituições de ensino e cartórios a notificar autoridades policiais e de defesa da infância e da juventude sobre casos de gravidez envolvendo meninas de até 14 anos e 9 meses.

Outra medida importante discutida e aprovada foi a criação do Programa de Registro de Femicídio de Pernambuco. Apresentada pela deputada Alessandra Vieira (PSDB), a iniciativa deverá coletar, ordenar e analisar dados desse tipo de crime, além de integrar os órgãos de denúncia, investigação, julgamento e acolhimento às sobreviventes e aos seus familiares.

As vítimas de violência doméstica continuaram a receber atenção especial do

grupo parlamentar, com a inclusão de medidas nesse sentido no Programa Governo Presente de Ações Integradas para a Cidadania. Para os jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o colegiado acatou projetos para garantir direitos como atenção especial do Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude e cotas em cursos técnicos e profissionalizantes.

Além da qualidade das proposições, Gleide Ângelo ressalta como ponto positivo a assiduidade das deputadas integrantes do grupo. “Por conta da pandemia, não pudemos fazer reuniões itinerantes. Mas, quando este momento passar, voltaremos a percorrer todas as regiões de Pernambuco”, antecipa a presidente.

Ato

ATO Nº. 237/21

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 005586/2021, do **Deputado Pastor Cleiton Collins**,
RESOLVE: exonerar o servidor **NATHANAEL BEZERRA VALLE NETO**, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, a partir do dia 02 de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 29 de julho de 2021.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº. 238/21

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 63/2021, do **Deputado Clovis Paiva**,
RESOLVE: exonerar a servidora **ALINE BEATRIZ ROZENDO DA SILVA**, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, a partir do dia 02 de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 29 de julho de 2021.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº. 239/21

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 005566/2021, do **Deputado Isaltino Nascimento**,
RESOLVE: exonerar a servidora **TEREZA CRISTINA BELLATO**, do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **MAURICIO KLEBER DOS SANTOS COSTA**, a partir do dia 02 de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 29 de julho de 2021.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº. 240/21

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 137/2021, do **Deputado Alberto Feitosa**,
RESOLVE: exonerar o servidor **JOÃO LUCAS DO MONTE ROCHA**, do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **LUIZ LEITE MOURA JUNIOR**, a partir do dia 02 de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 29 de julho de 2021.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº. 241/21

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 005606/2021, do **Deputado Romário Dias**,
RESOLVE: exonerar, a pedido, a servidora **MARIA PATRICIA PEREIRA BEZERRA DE LIMA**, do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **BRUNA LAIS DA SILVA CAVALCANTI**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 65% (sessenta e cinco por cento), a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 29 de julho de 2021.

PODER LEGISLATIVO



Mesa Diretora: Presidente, Deputado Eriberto Medeiros; 1º Vice-Presidente, Deputado Aglailson Victor; 2º Vice-Presidente, Deputado Manoel Ferreira; 1º Secretário, Deputado Clodoaldo Magalhães; 2º Secretário, Deputado Pastor Cleiton Collins; 3º Secretário, Deputado Rogério Leão; 4º Secretária, Deputada Alessandra Vieira; 1º Suplente, Deputado Antonio Fernando; 2º Suplente, Deputada Simone Santana; 3º Suplente, Deputado Joel da Harpa; 4º Suplente, Deputado Henrique Queiroz Filho; 5º Suplente, Deputada Dulci Amorim; 6º Suplente, Deputada Fabioli Cabral; 7º Suplente, Deputado Romero Albuquerque. **Procurador-Geral** - Hélio Lúcio Dantas Da Silva; **Superintendente-Geral** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Cássia Maria Lins Villarim Silva; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente Administrativo** - Juliana de Brito Figueiredo; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Rene Barbosa Gomes da Silva; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Franklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Sara Behar Torres Kobayashi; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Silvío Tavares de Amorim; **Auditor-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - José Humberto de Moura Cavalcanti Filho; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor-Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente Parlamentar** - Jose Eduíno de Brito Cavalcanti; **Superintendente de Inteligência Legislativa** - José Rivelino Ferreira de Moraes; **Superintendente de Comunicação Social** - Ricardo José de Oliveira Costa; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Isabelle Costa Lima; **Editora** - Isabelle Costa Lima (interina); **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro e Verônica Barros; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Giovanni Costa; **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Alécio Nicolak Júnior, Antonio Violla; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail**: scm@alepe.pe.gov.br.

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº. 242/21

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 030/2021, do **Deputado Doriel Barros**,
RESOLVE: exonerar o servidor **GILSON SOTERO DA SILVA JUNIOR**, do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **ROSEANE MARIA DA SILVA**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 120% (cento e vinte por cento), a partir do dia 02 de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 29 de julho de 2021.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº. 243/21

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 005569/2021, do **Deputado Pastor Cleiton Collins**,
RESOLVE: exonerar o servidor **FLAVIO VALADARES DE MENEZES**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, símbolo PL-SPC, nomeando para o referido cargo, **HEYSE SANTOS DE VASCONCELOS**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 120% (cento e vinte por cento), a partir do dia 02 de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 29 de julho de 2021.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº 244/21

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 155/2021, da **Deputada Roberta Arraes**,
RESOLVE: exonerar e nomear os servidores do cargo em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhe a gratificação de representação, conforme planilha abaixo, a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nº 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 16.579/19 e 16.579/19.

NOME	CARGO DE EXONERAÇÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO	GRAT.
ANNA CAROLINE SANTOS TAVARES	Assistente Parlamentar / PL-APC	-----	-----
ERLANE ALVES OLIVEIRA	-----	Assistente Parlamentar / PL-APC	-----
KHLAINNY KARYN GONÇALVES DA SILVA	Secretário Parlamentar / PL-SPC	-----	-----
GLEICIANA BELO LIMA	-----	Secretário Parlamentar / PL-SPC	46,55%
LUIZ SERGIO ALVES DE OLIVEIRA	Assessor Especial / PL-ASC	-----	-----
DIOGO VIEIRA FELIX	-----	Assessor Especial / PL-ASC	70,91%

Sala Torres Galvão, 29 de julho de 2021.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

Portarias

PORTARIA Nº 068/2021

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº 348/18, do Primeiro Secretário, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 004832/2021, e Parecer da Procuradoria Geral nº 449/2021,

RESOLVE: conceder ao servidor ANDRE LUIZ VASCONCELLOS ZAHAR, matrícula nº 553, Analista Legislativo, especialidade: Comunicação, NI07, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, 15 (quinze) dias de licença paternidade, retroagindo seus efeitos, ao dia 19 de junho de 2021.

Sala Austro Costa, 29 de julho de 2021.

CHRISTIANE VASCONCELOS
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 175/21

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 034/2021, da **Deputada Clarissa Tércio**,

RESOLVE: alterar a gratificação de representação dos servidores, conforme planilha abaixo, a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA	Assessor Especial/PL-ASC	120%	76,8%
PATRICIA FERNANDES BRAGA CARNEIRO	Assessor Especial/PL-ASC	22,8%	10%

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 29 de julho de 2021.Deputado **CLODOALDO MAGALHÃES**
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 176/21

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 154/2021, da Deputada Roberta Arraes,

RESOLVE: cancelar a concessão da gratificação de representação na função de Assistente Parlamentar, Símbolo PL-APC, da servidora **ERLANE ALVES OLIVEIRA**, a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 29 de julho de 2021.

Deputado **CLODOALDO MAGALHÃES**
Primeiro Secretário

PORTARIA N.º 177/21

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 005604/2021, do Deputado Pastor Cleiton Collins,

RESOLVE: alterar a gratificação de representação dos servidores, conforme planilha abaixo, a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei n.º 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
ELIANA PATRICIA BORGES DE PAIVA	Assessor Especial/PL-ASC	20%	70%
PATRICIA CAROLINA FLEISCHMAN DE ALMEIDA	Assessor Especial/PL-ASC	88,75%	100%
PEDRO XAVIER DE PAIVA NETO	Assessor Especial/PL-ASC	66,35%	99,70%
WILLIAM FIGUEREDO ARAUJO	Assessor Especial/PL-ASC	43%	100%

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 29 de julho de 2021.

Deputado **CLODOALDO MAGALHÃES**
Primeiro Secretário

Essa novidade você vai curtir e também seguir



Quem gosta de acompanhar o dia a dia do desenvolvimento do Estado e da política pernambucana conta com dois novos canais, o Facebook e o Twitter. A Assembleia Legislativa está presente nessas mídias sociais, levando notícias diárias de interesse dos cidadãos.

Acesse, curta e siga.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br

Folheie o Diário Oficial com apenas alguns cliques



Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Estado. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal. Acesse, clique e confira.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br

Conheça sua Casa por dentro



No site da Assembleia Legislativa, você pode fazer uma visita virtual 360 graus pelo interior do Palácio Joaquim Nabuco, a sede da Casa de Todos os Pernambucanos. Acesse e conheça mais a beleza, os detalhes e a história centenária desse prédio, que é palco da democracia e da cidadania.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br